

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA ESCOLA COMUM: CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO "ESCOLA - LÓCUS DE DIREITO?"

JOSÃO DOUGLAS DE ABREU ARAÚJO ¹

RESUMO

Resumo A Educação Especial tem se configurado como uma problemática para a formação de professores na atualidade em decorrência da sua obrigatoriedade transversal nas instituições de ensino respaldada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), implicando na manutenção do status quo até então imutável, possibilitando o ingresso e permanência de pessoas historicamente excluídas do espaço escolar, como é o caso do público-alvo da Educação Especial (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, superdotação/altas habilidades). Embora a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 tenha reconhecido a Educação Especial como uma modalidade transversal do sistema educacional brasileiro, ainda ser existente processos de exclusão e discriminação no que se refere à inclusão do referido público alvo na escola comum, especialmente legitimado pelas próprias instituições de ensino sob a justificativa de despreparo para lidar com estudantes "especiais" que demandam de um conjunto de ações também "especiais". Nesse contexto, emergem questionamentos acerca da formação de professores que, de forma geral, não há um consenso tampouco um direcionamento eficaz sobre esse aspecto no que diz respeito à Educação Especial, pois as Instituições de Ensino Superior quase nunca integralizam em suas matrizes curriculares componentes que versem sobre essa temática, contrariando a própria LDB e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Nesse sentido, criou-se o projeto "Escola - Lócus de Direito" vinculado ao curso de bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal do Ceará - campus Iguatu, a partir da disciplina de Estágio Supervisionado, contando com o apoio do Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) do município de Iguatu/CE, o qual foi desenvolvido durante o período de abril de 2017 a fevereiro de 2018. Para tal, contou-se com o apoio de uma equipe multiprofissional do CAEE, bem como de professores, advogados e outros profissionais ligados à Educação Especial no município em questão. O objetivo do projeto consistiu em fornecer capacitação aos professores das redes municipal e estadual que atuavam no Atendimento Educacional Especializado a fim de ampliar suas percepções sobre a PNEEPEI e sua articulação com a escola comum. As atividades foram realizadas por meio de palestras, mesa redonda, debates e rodas de conversas que demonstraram-se exitosas em sua

realização, onde foi destacado o direito à educação para todos, o papel do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência e a PNEPEI. A ação de extensão possibilitou a obtenção e aprimoramento de conhecimentos em âmbitos gerais e específicos do direito a Educação, Educação Especial e a Inclusão da pessoa com deficiência e demais público-alvo da Educação Especial. Um destaque de suma importância foi a participação efetiva dos professores e o pedido unânime de mais eventos contributivos para sua formação e prática profissional. Ao final, realizou-se um evento de culminância do projeto no IFCE. As metas propostas no projeto se realizaram de forma a socializar as experiências e atuação profissional dos professores, como contribuir com as atribuições formativas do CAEE e alcançar uma visão central da materialização do direito a educação especial junto aos professores do AEE. Palavras-chave: educação especial, escola, formação de professores, inclusão. Referências BORGES, M. C.; AQUINO, O. F.; PUENTES, R. V. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. Revista Histedbr, Campinas, n. 42, p. 94-112, jun. 2011. BRASIL, Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasil: MEC/SEESP, janeiro de 2008. _____. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. CORRÊA, M. A. M. Educação Especial. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010. FÁVERO, E. A. G. Alunos com deficiência e seu direito à educação: trata-se de uma Educação Especial? In: MANTOAN, M. T. É. (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. FERNANDES, S. Fundamentos para Educação Especial. Curitiba: Ibpex, 2007. GARCIA, R. M. C. Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e a formação docente no Brasil. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 18, n. 52, jan./mar. 2013. GOMES, M. S. Os princípios constitucionais e o direito à educação da pessoa com deficiência. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. JANUZZI, G. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2006. MANTOAN, M. T. É. Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios e perspectivas. In: _____. (Org.). O desafio das diferenças nas escolas. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. _____. Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. MAZZOTTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005

Palavras-chave: .